



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS



PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO
PROJETO DE LEI N.º 96, DE 2022

Cria, no âmbito da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Indianópolis-Mg, uma função de confiança de assessoria parlamentar, e dá outras providências.

Autora: Mesa Diretora

Relator: Vereador JOSÉ JOAQUIM PINTO
(BARROSO)

I RELATÓRIO

Veio a esta Comissão de Serviços Públicos (CSP), para parecer quanto ao mérito, o Projeto de Lei n.º 96, de 2022, de autoria da Mesa Diretora.

O projeto é dividido em cinco artigos, a saber:

O art. 1º cria, na estrutura administrativa da Câmara Municipal Indianópolis-MG, uma função de confiança de assessoria parlamentar, Código CM-AP.

O art. 2º estabelece que o servidor investido em cargo de provimento efetivo designado para o exercício da função de confiança criada pelo projeto terá direito a gratificação de trinta por cento, calculada sobre o vencimento base do seu cargo.

O art. 3º estabelece que as atribuições da função de confiança de assessoria parlamentar, constantes do Anexo II, da Lei n.º 1.437, de 5 de abril de 2005, passam a ser as enumeradas nos incisos I ao XIII, do art. 3º, do projeto.

O art. 4º dá nova redação à tabela com informações referentes à denominação, código, número e remuneração das funções de confiança, constante do Anexo I, da Lei n.º 1.437/2005.

O art. 5º contém a cláusula de vigência, fixada para a data da publicação.

É, síntese, o relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO

O projeto tem o mérito de regularizar a situação de servidor que atualmente cuida da gestão do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), implantado a partir do final de 2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Na ocasião em que foram criados os cargos e funções de confiança que compõem a estrutura administrativa da Câmara, o processo legislativo ainda não estava informatizado.

No entanto, entendemos que o conveniente não é criar mais uma função de confiança de assessoria parlamentar, para cuidar do SAPL. Parece-nos que a melhor alternativa é criar uma função de confiança específica para cuidar da gestão do sistema informatizado do processo legislativo.


III CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Comissão acolhe o voto do relator e conclui aprovação do Projeto de Lei n.º 96, de 2022, com a recomendação de que a Mesa Diretora apresente substitutivo ao referido projeto mediante o qual crie função de confiança com a atribuição específica de gerir o sistema informatizado do processo legislativo ao invés de criar mais uma função de confiança de assessoria parlamentar e atribuir a esta última a gestão do SAPL.

Sala das Reuniões, 19 de setembro de 2022.


JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)
Relator


MARCOS TÚLIO DA SILVA
Presidente


LINDOMAR JOSÉ DOS REIS
Membro Suplente